

MOÇÃO

A Regionalização é um imperativo constitucional e uma necessidade reconhecida

O Poder Local Democrático, saído do 25 de Abril, pôs fim aos autarcas nomeados e consagrou a eleição direta dos dirigentes locais pela populações respetivas.

Assumi-se como muito mais que uma rutura com a situação existente no Estado Novo e o trabalho dos autarcas, independentemente dos partidos que os elegem, é hoje justamente reconhecido pelo conjunto da sociedade.

Todavia, 45 anos depois de Abril o Poder Local não está totalmente instituído.

A Constituição da Republica Portuguesa aprovada em Abril de 1976 estabelece que no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Falta, pois, concretizar o terceiro pilar do Poder Local Constitucional.

A 8 de Novembro de 1998 realizou-se o referendo sobre a regionalização tendo os eleitores alentejanos votado maioritariamente pelo SIM à criação das regiões administrativas.

Confirmavam assim as posições assumidas pelas 42 das 47 Assembleias Municipais que se pronunciaram por um inequívoco SIM à criação das regiões administrativas e pelas inúmeras expressões que nesse sentido foram sendo tomadas pelos autarcas, pelos congressos aqui realizados, pelas estruturas representativas dos agentes económicos, dos trabalhadores e do seu movimento sindical de classe.

A União dos Sindicatos do Norte Alentejano colocou desde a primeira hora a necessidade de garantir a Regionalização e estando consciente que a instalação da Região Administrativa não será a panaceia para todos os nossos males não deixa de constatar que a sua criação e funcionamento será um contributo importante para o desenvolvimento harmonioso e integrado da Região onde nos inserimos e para o todo nacional.

É a situação que mantemos e que aqui reafirmamos.

Todavia, como bem sabemos, os inimigos desta solução conseguiram armadilhar os caminhos para levar ao cumprimento do estipulado constitucionalmente como a imposição do referendo e os seus resultados bem demonstraram.

É perante as armadilhas constitucionais impostas e perante a necessidade de assegurar uma estratégia de coesão económica, social e cultural que a União dos Sindicatos do Norte

Alentejano acompanhou desde a primeira hora os movimentos que tem vindo a trabalhar para garantirmos que o poder regional que nos é imposto – nomeado e sob tutela governamental possa ser substituído (até que seja possível dar cumprimento ao preceito constitucional que impõe a criação das regiões administrativas) por um Poder Regional Democrático, Plural, Transparente e Representativo.

É com esse objetivo que temos vindo a participar no AMALENTEJO e a intervir nos Congressos Realizados em Troia, em 2016, e em Castelo de Vide, em 2018, e defendemos a importância da Criação da Comunidade Regional do Alentejo, cujos órgãos devem emergir dos eleitos municipais dos 47 concelhos do Alentejo e que com a legitimidade que lhes advém do voto popular, dirijam os destinos do Alentejo e garantam o Desenvolvimento que a Região necessita; assente na diversidade da base económica, no apoio e incentivos à fixação de empresas, na gestão dos fundos comunitários, na definição e priorização de investimentos públicos, na melhoria e modernização das redes rodoviária e ferroviária regionais e suas ligações nacionais e internacionais e na participação colaborativa com todos os atores locais.

É com estes objetivos que continuaremos empenhados no criar das condições que o permitam e em particular no garantir que a criação da Comunidade Regional do Alentejo possa surgir pela Iniciativa Cidadã dos Alentejanos e Alentejanas.

Para tanto empenhar-nos-emos e apelamos a todo o Movimento Sindical o seu contributo militante na recolha das 8.000 assinaturas ainda necessárias para a apresentação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que cria a CRA.

Recolher as 20.000 assinaturas necessárias para que o projeto-lei seja obrigatoriamente discutido na Assembleia da República é objetivo do AMALENTEJO que integramos e de todos quantos desejam e trabalham pelo desenvolvimento do Alentejo e por um Poder Regional, Democrático e Representativo.

Portalegre, 22 de Fevereiro de 2019